

LIBERTAÇÃO, HEGEMONIA E DEMOCRACIA: O MST E O PROJETO POPULAR NA REDEMOCRATIZAÇÃO

Vitor Martins Fraga

PPMIE

Eixo 4 – Movimentos Sociais e Educação

Ao longo dos anos 1980, diversas forças políticas, de diferentes matrizes ideológicas, disputaram a hegemonia no período da redemocratização brasileira. Nesse período de passagem das lutas contra a ditadura para a tentativa de construção de uma sociedade democrática, a luta popular adquire outra configuração, e também um porte maior por conta da expansão da sociedade civil – chegando, de fato, a disputar a hegemonia. Com a perspectiva de construção de um “projeto alternativo de sociedade”, pretendia-se “expandir para toda a sociedade a democracia popular”¹. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que surge no final da década de 1970, foi um dos movimentos que mais significativamente representou esse projeto. Com suporte na ação das Comunidades Eclesiais de Base, ganha mais visibilidade, do ponto de vista formal, a partir de janeiro de 1984, e ainda hoje aponta para a construção de um “projeto popular para o Brasil”².

Desde os anos 1960 a educação popular no Brasil atuou com “objetivos políticos”, e teria chegado a possibilitar as condições para a construção de uma hegemonia popular alcançada “antes de conquistar o poder governamental”. Para Frei Betto, “um dos maiores responsáveis pela vitória de Lula nas eleições de 2002 tem sido Paulo Freire”, juntamente com inúmeros educadores populares que, na esteira dele, com mais ou menos visibilidade, “fizeram da educação um ato político dedicado a conscientizar e mobilizar consideráveis setores populares”³. Essas “experiências político-pedagógicas populares”⁴ originaram uma reciprocidade fecunda e singular entre educação e política, ainda nos anos 1960. A educação popular foi se tornando “ato político”, cujo horizonte era cada vez mais uma “ação educativa criticizadora”⁵, na perspectiva da libertação. Já no contexto da redemocratização, a disputa pela hegemonia vai se impondo como elemento principal, exigindo das organizações

¹ SEMERARO, Giovanni. *Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 29, 2007.

² CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra* (3ªed.). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

³ SEMERARO, Giovanni. “O educador político e o político educador”. In SEMERARO, Giovanni (org.). *Filosofia e política na formação do educador*. São Paulo: Idéias e Letras, 2004 (p.57)

⁴ *Idem*

⁵ FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade* (19ª Ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 (p.88)

populares e movimentos sociais a capacidade de ocupar espaços na sociedade civil que permitissem criar as condições para a implantação de um Estado democrático-popular.

Segundo Antonio Gramsci, o avanço do capitalismo está imbricado contraditoriamente no avanço das conquistas políticas das massas, numa permanente relação de disputa, e neste contexto a dominação econômica passaria a ser exercida em conjunto com a *hegemonia* na sociedade civil, ou seja, a “direção político-cultural” das classes subalternas pelas classes dirigentes. Esse processo fortaleceria politicamente a *sociedade civil*, paralelamente ao enfraquecimento do “Estado-coerção”, criando uma “hegemonia couraçada de coerção”⁶.

A redemocratização seria, em princípio, um projeto dos militares de “descompressão tutelada”, que não resistiu à pressão das ruas contra o arbítrio nem aos desdobramentos políticos das divergências internas dos militares quanto à transição⁷. As manifestações pelas *Diretas-já*, em 1984, foram o ponto máximo de uma mobilização política de proporções inéditas na história do Brasil. Interesses do governo e de setores conservadores da sociedade civil conseguiram rejeitar a emenda Dante de Oliveira no Congresso, e adiaram as eleições diretas para 1989, quando foi eleito Fernando Collor, cuja imagem era a da eficácia administrativa. A própria democracia, até então uma “questão de socialização”, transforma-se num “problema de gestão”, perdendo o caráter de “esperança coletiva” para se resumir a “um acerto técnico-administrativo”⁸. Nesse cenário, toda a força popular que se amplificou na redemocratização foi secundarizada – e a democracia liberal brasileira instaurada com a Nova República⁹ assumiu o lugar de destaque no cenário político.

Mas se é possível pensar que o projeto de democracia popular “não aconteceu”, por outro lado parece claro que uma democracia real, com efetiva participação popular, nunca foi implantada no Brasil. Portanto, a *redemocratização* está por ser completada, e passa pelo projeto de democracia popular – e não mais pelo projeto liberal que vingou com a “transição pelo alto” que modernizou, mas não democratizou a sociedade brasileira. Porque “se há saber que só se incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, esse é o saber democrático”¹⁰.

Conceição Paludo defende que a perspectiva da transformação social, para os trabalhadores do campo e da cidade, que teria se apresentado “no desejo de sua participação

⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2ªed.), 2002, v.3 (p.244)

⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil recente – 1964-1992* (4ª ed.). São Paulo: Ed. Ática, 2004 (p.87)

⁸ SEMERARO, 2004:66-67

⁹ CODATO, Adriano Nervo. *Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 25, 2005 (p.84)

¹⁰ FREIRE, 1989:92

efetiva na cena política e na construção de um novo projeto de sociedade”, permaneceria na experiência de alguns movimentos sociais que, com atualizações decorrentes das mudanças nos anos 1990, ainda identificam a educação popular “como prática educativa que articula a educação com a organização e luta social protagonizada pelos próprios sujeitos populares (...) na direção da construção de um outro modelo de desenvolvimento para o Brasil e de um outro Projeto de Sociedade. É o que podemos observar na trajetória do MST”¹¹. O norte da *experiência político-pedagógica popular* do MST, que se articula na elaboração de “um outro modelo de desenvolvimento para o Brasil”, e cuja pretensão é tornar possível “um outro projeto de sociedade”, permaneceria na “articulação da educação com a formação, a organização e a luta pela terra, pela Reforma Agrária e por um Projeto Popular para o Brasil”¹².

A experiência pedagógica implantada pelo MST (não circunscrita ao espaço formal da sala de aula) remete à noção de libertação e ao objetivo de contribuir para a construção de um “projeto popular”¹³, impulsionando “uma Educação *no e do Campo*”. Diante disso, Paludo afirma a necessidade “deste Movimento educativo, no e do campo, conseguir estabelecer relação com a cidade (...) para o avanço da luta popular. Assim, a educação poderia contribuir para o restabelecimento desse elo”¹⁴. Diante desse quadro, parece-nos fundamental pesquisar as *experiências político-pedagógicas populares* ligadas ao projeto de democracia popular no espaço urbano, onde o MST, além das *comunas urbanas*, se aglutina com diversos movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento Terra e Liberdade (MTL), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), frações do movimento hip-hop, pré-vestibulares populares, redes de rádios comunitárias, entre outros.

Referências bibliográficas

- CALDART, R. *Pedagogia do Movimento Sem Terra* (3ªed.). São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CODATO, A. *Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº25, 2005.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade* (19ª Ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (2ªed.), v.3.
- MENDONÇA, S.; FONTES, V. *História do Brasil recente – 1964-1992* (4ª ed.). São Paulo: Ed. Ática, 2004.
- PALUDO, C. *Educação Popular e Movimentos Sociais*. Novo Hamburgo/RS: Feevale editora, 2005.
- _____. *Da raiz/herança da Educação Popular à Pedagogia do Movimento e a Educação no e do Campo: um olhar para a trajetória da educação no MST*. In: 29º reunião anual da Anped, 2006, Caxambu.

¹¹ PALUDO, Conceição. *Educação Popular e Movimentos Sociais*. In: 8º Seminário Internacional de educação, 2005, Novo Hamburgo/RS: Feevale editora, 2005 (p. 61-72). Texto impresso.

¹² *Idem*

¹³ CALDART, Roseli, 2004; PALUDO, Conceição, 2005, 2006; SILVA, Roberta Lobo, 2005.

SEMERARO, G. *Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 29, 2007.

Palavras-chave: *Libertação – hegemonia – projeto popular democrático*

¹⁴ PALUDO, Conceição. *Da raiz/herança da Educação Popular à Pedagogia do Movimento e a Educação no e do Campo: um olhar para a trajetória da educação no MST*. In: 29ª Reunião anual da Anped, 2006, Caxambu.